

URBANIZAÇÃO TURÍSTICA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS CENTROS DO LAZER: UM ESTUDO SOBRE PRAIA DO FORTE – BAHIA

Telma Maria Sousa dos Santos¹

Resumo

A pesquisa, “Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer: um estudo sobre Praia do Forte – Bahia” tem como objetivo analisar como o turismo promove a reestruturação urbana nas localidades litorâneas. Para a compreensão desse processo, tomou-se como exemplo a comunidade de Praia do Forte no estado da Bahia. Objetivando o desenvolvimento do estudo foi realizada uma pesquisa de gabinete e de campo junto aos moradores locais, turistas e veranistas, com o intuito de analisar o reordenamento de antigos espaços, a inserção de novas formas espaciais, assim como a construção da paisagem urbana, a inserção da população local no modelo turístico e se o mesmo vem contribuindo para o desenvolvimento local. Esse processo gerou a espetacularização do lugar, assim como uma imagem artificial de localidade simples e bucólica, visto que nada tem de autêntico em relação à antiga comunidade de pescadores. Assim, a urbanização turística transformou uma pequena e simples localidade pesqueira em um elegante destino turístico, representativo da nova forma de urbanização que vem se destacando no século XXI, onde a produção do espaço está assentada no consumo de paisagens e atividades de lazer e entretenimento.

Palavras-chaves: Urbanização turística, (re)estruturação do espaço, centros do lazer.

¹ Prof(a). Dra. Universidade estadual de feira de Santana - Bahia – Brasil. E-mail: telmaarq@yahoo.com.br

Introdução

A urbanização turística se apresenta como um fenômeno novo, capaz de produzir características particulares na paisagem urbana. Neste contexto, os centros turísticos apresentam uma nova forma de arranjo espacial, onde predomina o consumo em atividades de lazer e entretenimento, na medida em que são organizados espaços para atender as necessidades dos visitantes.

Praia do Forte é um exemplo concreto do que vem ocorrendo no território brasileiro, devido à expansão da atividade turística no litoral. Esta simples localidade praiana, localizada dentro dos limites da Fazenda Praia do Forte, transformou-se ao longo das últimas duas décadas, em um importante destino turístico nacional e internacional.

Os rumos dessa comunidade de pescadores e agricultores começaram a mudar no ano de 1970, quando as fazendas Praia do Forte, Camurujipe, Covão e Passagem Grande num total de 5.600 hectares e 12 quilômetros de praia foram vendidas pelos filhos do coronel Otacílio Nunes de Souza para o engenheiro paulista descendente de alemães Klaus Peters, empresário do ramo de materiais elétricos para iluminação pública e industrial.

Reconhecendo o potencial de Praia do Forte para o turismo, por suas belezas naturais, riqueza em fauna e flora e ainda contar com relíquias históricas e culturais, Klaus Peters procurou transformar a localidade num pólo de turismo ecológico e histórico-cultural nacional e principalmente internacional a médio e longo prazo, ao investir grande soma de recursos financeiros num amplo empreendimento turístico-hoteleiro e imobiliário.

Ao empregar pioneiramente na Bahia o conceito de turismo sustentável, ou seja, aquele que enfatiza a satisfação das necessidades dos turistas, ao mesmo tempo que procura preservar as regiões de destino (OMT apud SILVEIRA, 2001), Klaus Peters utilizou intensivamente o discurso da sustentabilidade ecológica e como estratégia de *marketing* a preservação ambiental. Nesse contexto, o *slogan* amplamente disseminado pelos anúncios publicitários sobre Praia do Forte é “Preservar para usufruir”.

Em muitos lugares onde o turismo é controlado por agentes externos e não há a participação efetiva da comunidade local, o discurso da sustentabilidade ambiental pouco tem contribuído para a manutenção das condições ambientais, na prática, as ações de agressão ao meio ambiente continuam sendo criadas apesar do discurso preservacionista.

Em virtude disso, nesses lugares, o discurso da sustentabilidade ambiental tem representado mais uma maneira eficaz de utilizar os recursos naturais para viabilizar a exploração econômica, na medida em que como qualquer outro produto, a natureza é concebida como mercadoria a ser consumida (RODRIGUES, A. M., 1997).

Para concretizar a idéia de transformar a localidade de pescadores em destino turístico ecológico nacional e internacional, o empresário Klaus Peters contratou no final dos anos 70 o arquiteto paulista de projeção internacional Wilson Reis Netto, com a finalidade de planejar o mega empreendimento imobiliário e turístico-hoteleiro.

Coube então ao arquiteto criar um amplo planejamento territorial denominado *Master Plan*, que contempla aspectos ambientais e urbanísticos, visando intervir tanto na área de maior concentração residencial, ou seja, no núcleo central e arredores, bem como nos demais espaços que compõem a fazenda Praia do Forte.

1. Master plan - planejamento territorial e urbanístico de praia do forte

O *Master Plan* teve como principal objetivo ordenar o território da fazenda Praia do Forte para a implantação de hotéis, *resorts*, pousadas, grandes condomínios, residências e demais equipamentos turísticos.

Praia do Forte desencadeou seu processo de urbanização turística a partir da interferência do grande capital imobiliário. Através do planejamento privado, houve uma mudança na estrutura espacial do lugar, substituindo as antigas formas e usos por elementos novos que vão atender as necessidades da atividade turística.

Para gerenciar o *Master Plan* foi criado por Klaus Peters em 1981 a Fundação Garcia D'Ávila “[...] com o objetivo de administrar a área, executar os projetos e os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários, tornando-se o principal agente transformador deste espaço”(GOMES SOBRINHO, 1998, p.61). Para coordenar a venda de lotes em Praia do Forte, a Fundação Garcia D'Ávila criou a empresa Landco Empreendimentos Imobiliários.

No *Master Plan* (PORTAL PRAIA DO FORTE IMÓVEIS, 2006) foram definidas grandes áreas ao norte e ao sul, ao longo da faixa costeira de Praia do Forte para a implantação dos mega-projetos imobiliários e turístico-hoteleiros. Os projetos deverão ser executados em duas fases, de acordo com as demandas e a consolidação do

Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer: um estudo sobre praia do Forte – BAHIA

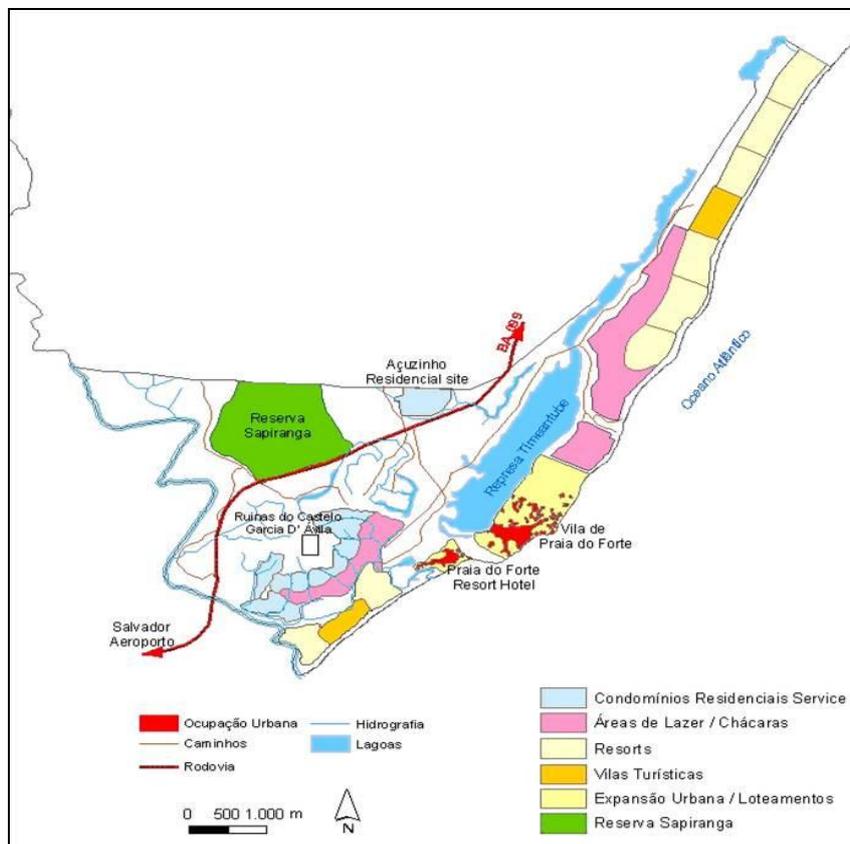
Telma Maria Sousa dos Santos

mercado, segundo estudos desenvolvidos por empresas de consultorias especialmente contratadas pela Landco,

Na primeira fase do projeto foram definidas áreas nas porções norte e oeste de Praia do Forte para a instalação de 10 hotéis, parques, áreas residenciais, dois campos de golfe, vila de apoio, um *Sea Aquarium*, um mini shopping e uma base para barcos no rio Pojuca, além de outros equipamentos complementares.

Na segunda fase foram reservadas áreas na porção sul de Praia do Forte para a implantação de três hotéis: um *beach resort* com 250 apartamentos, um *golf resort* com 200 apartamentos e um *convention conference resort* com 300 apartamentos, além de um campo de golfe de 18 buracos, um *beach club*, um *ecolodge*, um hotel com 25 suítes tipo *relais chateaux* com um restaurante *gourmet*, um *Spa* e uma academia de esportes e ginástica. Esta proposta está expressa no mapa do Plano Diretor da fazenda Praia do Forte (figura 1), que delibera sobre o uso do solo na localidade.

Figura 1 – Plano Diretor da Fazenda Praia do Forte



Fonte: URPLAN – Urbanização, Planejamento e Arquitetura, 1992-94.

No mapa acima pode-se observar que grande parte das terras ao norte e ao sul da fazenda Paia do Forte foram reservadas principalmente para a instalação de *resorts* e grandes hotéis, assim como para a implantação de uma ampla estrutura de lazer e entretenimento. Pode-se observar também, na área de expansão urbana nas proximidades do núcleo de Praia do Forte, espaços reservados para a construção de loteamentos residenciais, condomínios fechados como são encontrados hoje na paisagem urbana da localidade.

Segundo declaração feita pelo corretor de imóveis da Landco, a construção de loteamentos residenciais próximo ao núcleo antigo, teve como objetivo não deixar a localidade crescer desordenadamente, para manter suas características de “pequena comunidade de pescadores”.

Esse processo demonstra a estratégia do empreendedor para evitar que a localidade não crescesse horizontalmente, fazendo com que os lotes não se desvalorizem no mercado, criando assim um mecanismo de controle do uso do solo em Praia do Forte.

No entanto essa estratégia não conteve o crescimento vertical, pois percebe-se na paisagem urbana, um grande adensamento habitacional, fruto do movimento da população local para resolver a questão habitacional no núcleo antigo. Esse processo faz com que nessas áreas, (devido à falta de espaço para as construções da comunidade tradicional), a paisagem tenha uma feição semelhante à encontrada na periferia dos grandes centros urbanos.

Como foi definido no *Master Plan* e no Plano Diretor de Praia do Forte, a área norte recebeu recentemente um grande empreendimento hoteleiro com 2.000.000 m² o *Resort Iberostar Bahia Golf & Spa*, de investidores espanhóis.

O *resort* possui uma estrutura gigantesca dividida em três etapas: a 1ª etapa, já em funcionamento, é composta por hotéis cinco estrelas com 400 unidades, áreas de esporte e lazer e campo de golfe com 180 buracos, a 2ª etapa irá compreender mais 400 unidades, centro de convenções e *Spa* a beira mar e a 3ª etapa irá contar com um condomínio de casas com 208 residências, (BELÉM, 2005b). Ainda segundo informações das agências de turismo de Salvador, o grupo Iberostar irá manter quatro vôos *charters* da Europa para Salvador toda a semana, de onde os turistas se deslocarão de ônibus para o empreendimento.

No Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Litoral Norte, O *Resort Iberostar* esta localizado em área definida como Zona de Proteção Rigorosa, com uso

permitido apenas para a contemplação, pesquisa científica e trilhas ecológicas controladas, ficando expressamente proibidas as atividades antrópicas que importem em alterações da flora e fauna, ou dos atributos que lhe conferem especificidade (CONDER, 2001).

Assim conforme consta no Plano de Manejo da APA Litoral Norte, esta área não deveria ser ocupada por nenhum tipo de empreendimento turístico-hoteleiro e imobiliário, pois contém formação dunares, lagoas, brejos, manguezais e condões litorâneos, portanto uma área de grande fragilidade ecológica e ambiental.

Esse processo altamente impactante ao meio ambiente coloca em contradição o discurso de proteção ambiental e de integração harmoniosa do homem com a natureza em Praia do Forte. Para a concretização dessa imagem muito contribuiu o padrão urbanístico criado pelo empreendedor, o que colaborou para a consolidação do modelo turístico proposto para a localidade.

1.2 O plano “Eco Urbanístico” de Praia do Forte

Segundo a Landco (PORTAL PRAIA DO FORTE IMÓVEIS, 2006), o plano urbanístico de Praia do Forte teve como objetivo preservar as características originais do lugar, na perspectiva de harmonizar a ocupação humana à paisagem local, bem como, conservar as áreas verdes existentes.

As construções erguidas nos loteamentos sejam casas, pousadas, hotéis e demais edificações devem seguir o padrão construtivo já existente em Praia do Forte, na tentativa de fundir as novas construções com as moradias tradicionais.

Neste sentido o plano urbanístico de Praia do Forte se enquadra ao modelo ambientalista proposto, ao valorizar a típica paisagem natural e buscar adequar as novas edificações às construções tradicionais já existentes na localidade.

Foram priorizadas na maior parte das terras do loteamento Praia do Forte o uso residencial, em seguida foram selecionadas áreas verdes e ruas e por fim as áreas destinadas ao lazer e ao turismo em geral, como sintetiza a tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das terras no loteamento Praia do Forte

Distribuição das terras	Área por hectare	%
Residencial	867.19	48,46
Áreas verdes e ruas	536.82	30,00
Lazer e turismo	248.64	13,90
Área do Parque Garcia D'Ávila	69,80	3,90
Áreas institucionais	43.35	2,42
Área comercial	23.57	1,32
Área total	1.789,37	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Mata de São João, 1979.

Analisando o uso e ocupação do solo no loteamento Praia do Forte pode-se observar que as áreas destinadas ao uso residencial foram reservadas principalmente para a construção de segundas residências, em condomínios de luxo de alto padrão construtivo, direcionadas aos veranistas nacionais da classe alta e média alta predominantemente de Salvador. Esse processo está diretamente relacionado à proximidade de Praia do Forte com Salvador, visto que, em geral, as residências secundárias têm um uso freqüente, bem como a metrópole possui demanda com condições financeiras capazes de assumir os gastos com o imóvel de lazer como destaca Cruz (2000, p.24):

As segundas-residências localizam-se, em geral, em áreas relativamente próximas às residências primárias de seus proprietários porque se destinam a um uso freqüente. Além disso, somente podem acontecer com expressividade onde houver demandas solváveis, capazes de arcar com os custos de um segundo imóvel.

Esse processo demonstra a importância da Região Metropolitana de Salvador como pólo emissor, capaz de induzir a constituição de áreas em Praia do Forte destinadas a residências secundárias e voltadas para atender a clientela que habita essa região.

As áreas de lazer e turismo foram reservadas essencialmente à instalação do conjunto turístico-hoteleiro, para a construção de hotéis e pousadas sofisticadas também destinadas ao público de grande poder aquisitivo nacional e estrangeiro.

Sobre a implementação da infra-estrutura básica no loteamento, ela foi executada em parte, pois não foi realizado pela Landco o calçamento e o sistema de esgotamento de águas pluviais, apesar de serem condições previstas para a liberação do loteamento na prefeitura de Mata de São João.

Para a administração municipal este fato foi resultado da falta de fiscalização junto à imobiliária, pois a Prefeitura na época (ligada politicamente ao empreendedor) não exigiu da mesma o cumprimento de suas obrigações legais, bem como, a não aplicação de sanções previstas, ou seja, a absorção pelo município da área em questão, caso não fosse cumprido esta cláusula do acordo.

Segundo o arquiteto Pablo Sandiano, assistente de Wilson Reis Netto na elaboração do *Master Plan*, os lotes da 1ª e 2ª etapas do loteamento Praia do Forte estão localizados junto ao núcleo central de Praia do Forte e possuem um tamanho menor, aproximadamente entre 350m² a 400m². Estes lotes foram distribuídos em duas áreas residenciais denominadas condomínio Aldeia do Pescadores e condomínio Porto das Baleias. Na 3ª etapa do loteamento, os lotes são maiores, possuem entre 800m² a 1000m² e estão localizados na área mais afastada do núcleo central, concentrados no condomínio residencial Etapa das Piscinas.

Segundo Sandiano, os lotes apresentam tamanho cada vez maior, à medida que se afastam do núcleo central de Praia do Forte. Esta lógica, na perspectiva do empreendedor, visa criar uma harmonização na paisagem evitando o contraste visual, ou seja, a presença de casas simples próximo a mansões, o que iria de encontro à idéia de integração entre as construções antigas e as novas.

Ao analisar o plano urbanístico pode-se considerar que a proposta de afastar as residências maiores e mais sofisticadas do núcleo antigo é uma forma de segregar espacialmente os veranistas de elevado poder aquisitivo, dos moradores tradicionais, a partir da criação de espaços especialmente selecionados para a clientela de maior poder aquisitivo em Praia do Forte.

Esse processo é uma forma de auto-segregação (SOUZA, 2000), ou seja, é resultado do confinamento de grupos sociais abastados em condomínios residenciais fechados, na perspectiva de obter exclusividade social, para se afastar das camadas sociais de menor poder aquisitivo, do seu padrão estético e da violência urbana, criando territórios privados e exclusivos.

A seletividade social em Praia do Forte teve início a partir do controle sobre aqueles que desejavam adquirir lotes na localidade, para serem incluídos na chamada comunidade ecoturística, por isso, foi criada uma triagem dos compradores relacionada a critérios econômicos e culturais.

No que se refere ao critério econômico o candidato deve possuir uma elevada renda salarial para comprar terras em Praia do Forte, uma vez que os lotes residenciais localizados a 300 ou 400 metros distantes da praia custam em torno de 200 reais o metro quadrado, os lotes a beira-mar 600 reais o metro quadrado e os lotes comerciais (os menores) em torno de 300 reais o metro quadrado. Segundo o corretor da Landco não existem mais espaços disponíveis para serem comercializados no núcleo antigo.

Pelos dados apresentados, para adquirir um lote, seja residencial ou comercial em Praia do Forte, deve-se ter uma renda compatível aos padrões da classe média alta, visto que os terrenos apresentam um valor extremamente alto no mercado devido a forte especulação imobiliária local, o que caracteriza a localidade como um espaço elitizado voltado para esse estrato social.

No que diz respeito aos critérios culturais, segundo Sandiano, está relacionado ao comprador ter como filosofia de vida a proposta ambientalista e as idéias de preservação e conservação ambiental, para que assim possa se adequar ao modelo ecológico proposto para a localidade.

Nessa perspectiva muitos turistas de grande poder aquisitivo que visitaram o lugar passaram a adquirir lotes tornando-se veranistas e assíduos freqüentadores de Praia do Forte. Assim as áreas vazias dentro e fora da área central de Praia do Forte foram ocupadas por *flats*, *villages* e apartamentos para temporada. Recentemente esse processo vem se expandindo consideravelmente, com a construção de novos empreendimentos imobiliários, alguns em construção e outros ainda em fase de licenciamento na prefeitura de Mata de São João.

Assim Praia do Forte vem apresentando nos últimos anos um grande número de condomínios e novas construções, impulsionadas pelo acelerado processo de urbanização turística. Este processo tem resultado em um grande adensamento habitacional nos arredores e no núcleo central, o que tem gerado problemas segundo a população local, na capacidade de suporte da infra-estrutura básica como no abastecimento de água e no escoamento dos efluentes sanitários.

A urbanização turística também criou uma feição mais moderna a paisagem urbana de Praia do Forte, onde predominam construções sofisticadas de alto padrão construtivo, típica de espaços turísticos onde o consumidor possui grande poder aquisitivo.

Para ordenar e padronizar as antigas e novas construções em Praia do Forte foram criadas pelo empreendedor restrições urbanísticas, que seguem o modelo turístico proposto para a localidade.

De acordo com a Landco, as restrições visam assegurar o padrão de qualidade urbanística nas áreas residenciais e nos empreendimentos hoteleiros, evitando a poluição ambiental, sonora e visual, bem como, a descaracterização do ambiente natural.

1.3 As restrições urbanísticas e a construção da paisagem urbana de Praia do Forte

As restrições urbanísticas correspondem a um conjunto de normas a serem cumpridas e respeitadas em contrato por aqueles que adquirem terras no loteamento Praia do Forte. Segundo a Landco, elas têm como base o código de obras da prefeitura municipal de Mata de São João e o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Litoral Norte, como pode ser visto nos itens abaixo:

No contrato de compra e venda também são definidos os materiais de construção a serem utilizados pelo proprietário do imóvel, que, segundo a Fundação Garcia D'Ávila e a Landco, devem ser condizentes com a técnica de construção popular que caracteriza a construção na região, a saber:

1. Telhas “tipo colonial de barro ou cobertura de palha;
2. paredes e colunas de alvenaria, caiadas ou colunas de madeira;
3. estruturas, esquadrias, colunas, vigas e tesouras aparentes de madeira, com tratamento rústico e cor natural;
4. portas e janelas devem ser de cores integradas;
5. pisos – cerâmica rústica, pedras, tijolos, tabuas polidas, cimento.

Segundo a Landco, em caso do não cumprimento das normas o comprador sofriria sanções com base no Código Tributário Municipal de Mata de São João na forma de embargo, multa, demolição e em caso de reincidência, será cancelado o contrato, com perdas e danos a serem apurados em ação própria. Em caso de infração cometida, o infrator pagará a Landco uma multa correspondente a 1% (um por cento) do valor da venda, independentemente do quanto foi previsto no item anterior.

Analisando a restrições urbanísticas criadas pela Landco para Praia do Forte, o que se observa é um forte controle por parte do empreendedor-loteante junto ao comprador, pela imposição de normas que deverão ser seguidas nas edificações e no espaço construído, ao definir em contrato o que poderá ser utilizado nas edificações e como poderá ser construído dentro de cada lote e nas áreas em comum em Praia do Forte.

Além das transformações desencadeadas pela inserção do turismo em Praia do Forte, a paisagem urbana local sofreu profundas modificações a partir da conclusão em 2001 das obras promovidas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) através do projeto de urbanização e recuperação paisagística elaborado para a localidade, em parceria com a Fundação Garcia D'Ávila.

Como Praia do Forte é um destino-âncora prioritário para o estado, o projeto de urbanização estava contido nos planos do PRODETUR - Ba, de onde foram utilizados recursos financeiros provenientes do programa de infra-estrutura, que contemplava investimentos nas áreas de saneamento, energia, transporte, patrimônio histórico, meio ambiente e desenvolvimento urbano.

Como a localidade foi classificada no zoneamento do PRODETUR como centro turístico, as obras tinham, segundo as diretrizes do projeto, como finalidade transformá-la em “vila turística”, ou seja, “[...] oportunidades de consumo, divertimento, contato sócio-cultural diversificado, bem como opção à população local para desenvolver empreendimentos que requeiram menor capital, como bares, restaurantes, pequenas pousadas e lojas de artesanato” (BAHIA, [s.d.]).

O novo espaço gerado no núcleo central de Praia do Forte é essencialmente direcionado ao consumo de massa. Nesta área, principalmente na Alameda do Sol, há uma forte concentração de atividades urbanas como meios de hospedagem, casas comerciais, banco 24 horas, agências de viagens, equipamentos de restauração, ou seja, bares, restaurantes e lanchonetes, além de mini-shoppings e serviços em geral. Este fato revela que este espaço se caracteriza pela especialização funcional em serviços

turísticos e de apoio voltados para atender aos desejos de consumo dos turistas, veranistas e demais visitantes. Vale ressaltar ainda que os serviços implantados são sofisticados e somente encontrados nas grandes e médias cidades do país, como *cyber* café, galerias de arte, joalherias e lojas de antiguidades.

Os meios de hospedagem como os hotéis e pousadas, as unidades residenciais e os condomínios fechados estão em sua maioria localizados na rua da Aurora e na Alameda da Lua, apresentando uma disposição locacional condizente com a proposta contida no planejamento realizado pelo empreendedor – nos arredores do núcleo central.

Sobre a produção dos espaços urbanos voltados para o consumo Amendola (2000, p.131) afirma que a cidade na contemporaneidade é baseada “[...] en una economía simbólica, en la gestión y en el intercambio está orientada hacia el exterior. Ella debe, antes que nada, gustar para atraer personas y capitales y para estimular o consumo”². Na perspectiva do autor a cidade na atualidade é produzida dando ênfase às atividades voltadas para o consumo de bens e serviços ligados a satisfação e distinção social, onde os espaços criados estão diretamente ligados ao exterior, ou seja, para uma demanda externa, devendo ser esteticamente belos para atrair e seduzir novos investimentos e visitantes.

Considerações finais

Neste sentido os centros turísticos como Praia do Forte são lugares representativos dessa nova forma de organização do espaço urbano, pois nestes predominam a produção de espaços voltados para o prazer e a satisfação pessoal, a partir da inserção de atividades e serviços voltados para atender as necessidades de turistas e visitantes. Esse processo se difere dos centros urbanos industriais, onde a organização do espaço está assentada na produção e nos símbolos e signos representativos desta atividade econômica.

Apesar de apresentar uma nova estrutura organizacional, o núcleo urbano de Praia do Forte ainda vem sendo comercializado nos folhetos publicitários divulgados pelas agências de turismo como a “vila de pescadores com estilo de vida simples e

² Uma economia simbólica, na gestão e o intercâmbio esta orientado para o exterior, Ela deve antes de mais nada, agradar para atrair pessoas, capitais e estimular o consumo (tradução nossa).

original”, lugar representativo da remanescente comunidade de pescadores, pouco alterada em relação as suas características originais, enquanto típica comunidade litorânea, o que hoje não condiz com a realidade vivida em Praia do Forte.

O núcleo central de Praia do Forte tornou-se apenas um simulacro do antigo comunidade de pescadores, pois a paisagem criada apenas representa uma idéia do que supostamente foi o lugar e que em nada lembra a comunidade que era habitada por simples pescadores e agricultores. Este processo a transformou em um centro do espetáculo, onde o que importa é tornar tudo belo e sedutor para atrair novos visitantes.

Com a urbanização Praia do Forte perdeu sua autenticidade, enquanto típica comunidade de pescadores, pois na tentativa de recriar o passado distante pela construção de paisagens naturais e artificiais, o que se constituiu foi a espetacularização dos espaços. Na realidade os cenários gerados nem representam a realidade que existiu, são apenas uma versão criada por aqueles que o inventaram a partir de um modelo idealizado e estilizado de comunidade de pescadores. No entanto são cenários que permitem ao observador – o turista – imaginar que está em um mundo perfeito, onde tudo é festa, como idealização de um lugar paradisíaco.

A espetacularização dos centros turísticos é uma estratégia utilizada pelo Estado e iniciativa privada para torná-los atraentes e sedutores, para estimular nos visitantes o consumo do espaço. Assim, a urbanização de Praia do Forte está diretamente articulada as diretrizes da política de turismo para o estado da Bahia, que privilegia com investimentos diretos os destinos turísticos de maior destaque no território baiano.

A intervenção do governo do Estado na montagem da infra-estrutura urbana demonstra que o Estado brasileiro, seja na instância federal, estadual ou municipal, tem papel fundamental como investidor ao deslocar recursos para a montagem da infra-estrutura necessária para promover o desenvolvimento do turismo no território nacional. Esse processo é inverso ao que observou Mullins (1991) para o caso da urbanização turística empreendida nas cidades litorâneas do Sul da Austrália, onde o Estado tem apenas participação indireta como simples incentivador, deixando a cargo do capital privado os investimentos diretos na área turística.

Fica claro também que a intervenção urbana realizada pela CONDER seguiu os princípios do plano urbanístico contido no *Master Plan*, ao conservar os elementos da arquitetura regional, a partir do emprego de materiais semelhantes aos utilizados tradicionalmente no lugar, como o uso da telha cerâmica e artefatos de madeira.

Isso se deve a grande influência do então proprietário da fazenda junto ao governo estadual e a participação a Fundação Garcia D'Ávila na realização das obras, a partir do uso do seu corpo técnico através de arquitetos na construção de projetos como o terminal de ônibus e o centro de apoio ao turista, assim como de topógrafos na medição de ruas. Esses profissionais auxiliaram na definição de algumas questões práticas como tamanho e localização de canteiros, área do calçamento entre outros.

Em contraposição a comunidade local, não teve nenhuma participação na elaboração do projeto, pois não foi ouvida sobre os problemas urbanos que afligiam a localidade para o conhecimento das suas reais necessidades.

Nesse sentido os lugares turísticos como Praia do Forte vêm criando cada vez mais simulacros, representações da realidade, como cenários, que resultam na estruturação de um grande espetáculo a céu aberto, para fomentar o consumo do espaço em equipamentos turísticos e em atividades de lazer e entretenimento.

Assim os centros turísticos na atualidade expressam uma faceta da sociedade atual, pois representam a espetacularização dos espaços pela ênfase na produção de lugares, onde se prima pela aparência e a artificialidade para atrair turistas e visitantes na perspectiva de viabilizar o consumo, uma característica da sociedade do espetáculo, onde tudo é objetivado em imagens e signos consumíveis (Debord,1997).

Referências

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.

BAHIA. CODETUR. **Programa de desenvolvimento turístico da Bahia: oportunidade de investimentos**. Salvador: SCT, [s.d.].

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Tradução de Artur Mourão. Rio de Janeiro: Elfos, 1995. (Coleção Ciência & Sociedade).

BELÉM, Letícia. Tartarugas ameaçadas por loteamento. **A Tarde**, Salvador, 27 abr. 2005a. p. 10.

COMPOR – **Plano Piloto da Orla Marítima**. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/ PREFEITURA DE CAMAÇARI/ CONDER. **Memorial descritivo do projeto executivo de urbanização, arquitetura, paisagismo, infra-estrutura, iluminação, sinalização e demais complementares para a recuperação ambiental do povoado de Praia do Forte, no município de Mata de São João – Bahia**. Salvador: Conder, 1998.

CONDER. **Plano de manejo**: Fazenda Praia do Forte – Bahia. Brasília: Conder, 1987.

_____. **Programa de desenvolvimento sustentável para a área de proteção ambiental do Litoral Norte da Bahia – PRODESU**: relatório síntese. Salvador: Conder, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo Contexto).

_DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOMES SOBRINHO, Lirandina. **Em busca do paraíso...** a (eco) lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte – Bahia. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. **International Journal of Regional Research**, 15 (3): p. 326-342, 1991.

SILVEIRA, Marco Aurélio Tarlombani da. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo rural**: políticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTAL oficial de Praia do Forte imóveis. Disponível em: <<http://www.praiadoforte.org.br>>. Acesso em: 11 abr. 2006.

RODRIGUES, Arlete Moisés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr, Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O desenvolvimento metropolitano**: um estudo sobre o problema sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.